



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LEILA SILVA CUNHA

**CUIDADO OU EDUCAÇÃO? AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS
ESCOLAS DO RIO TUCUMANDUBA.**

ABAETETUBA – PARÁ
2018

LEILA SILVA CUNHA

**CUIDADO OU EDUCAÇÃO? AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS
ESCOLAS DO RIO TUCUMANDUBA.**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado a Universidade Federal do
Pará para obtenção do título de graduada
em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Edilma Neves

ABAETETUBA – PARÁ
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C972c Cunha, Leila Silva.
Cuidado ou educação? as práticas pedagógicas nas escolas do
rio Tucumanduba / Leila Silva Cunha. — 2018.
40 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Edilma Neves Rodrigues Reis
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2018.

1. Educação infantil. 2. Escola. 3. Criança. I. Título.

CDD 370

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**CUIDADO OU EDUCAÇÃO? AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS
ESCOLAS DO RIO TUCUMANDUBA.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Universidade Federal do Pará para obtenção do título de graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a.

Orientadora: Edilma Neves

Prof^a. _____ Apresentado em: ____/____/_____
Membro da Banca

Prof^a. _____ Conceito: _____
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida, pois foi quem abriu as portas e proporcionou-me a oportunidade de fazer um curso superior para qualificar-me e adquirir mais conhecimento para que eu seja uma profissional qualificada e além do mais, de ter colocado pessoas maravilhosas em minha vida para me dar forças e animo para que não desistisse e estar concluindo meu curso.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela vida que nos concedeu.

À Universidade Federal do Pará pela oportunidade de realizar um curso superior.

A professora Edilma Neves pela dedicação e orientação competente.

Aos membros da banca examinadora pela revisão do texto e sugestões valiosas.

Aos colegas de curso pela amizade durante a graduação.

A minha Mãe Maria da Conceição pela força e acreditar no meu potencial

A meu esposo José Miguel Cunha pela paciência durante minhas ausências e incentivo.

A minha filha Laila Lavínia e aos meus filhos Malaquias e Leandro Willy que foram minha inspiração para concluir o curso

Ao meu irmão José Silva que me acolheu em sua casa durante os dias de aula.

A minha irmã Dione Silva pela ajuda na formatação do TCC.

E as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente com incentivos para que eu pudesse concluir o curso.

EPÍGRAFE

“Brincar é preciso, é por meio dele que as crianças descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social”
(NAVARRO, 2009)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar como se dá o cuidar e o educar, por meio de práticas pedagógicas e como a relação familiar está presente e é indispensável neste processo. Para desenvolver esta pesquisa, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, que visa na análise documental do tema proposto por meio de referências de autores que discutem o assunto sobre escola, família e educação infantil. O tipo de abordagem foi a qualitativa e a técnica foi a da entrevista semiestruturada, aplicada a pais e professores de duas escolas localizadas na região das ilhas do município de Abaetetuba. Os dados da pesquisa foram coletados em um período de quatro meses, levando em consideração a argumentação teórica, necessária para construção deste trabalho. A escola precisa ser de qualidade. Precisa conhecer muito sobre o desenvolvimento da criança e sobre como ela aprende para ter um impacto positivo.

Palavras – Chaves: educação infantil. Escola. Criança

ABSTRACT

The present work of course completion aims to analyze how care and education are given, through pedagogical practices and how the family relationship is present and indispensable in this process. In order to develop this research, we used the exploratory and descriptive research, which aims at the documental analysis of the proposed theme through references of authors who discuss the subject about school, family and early childhood education. The type of approach was qualitative and the technique was the semi-structured interview, applied to parents and teachers of two schools located in the region of the islands of the municipality of Abaetetuba. The research data were collected over a period of four months, taking into account the theoretical arguments necessary for the construction of this work. The school must be of quality. You need to know a lot about the child's development and how it learns to have a positive impact.

Key - words: early childhood education. School. Child

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	13
1.1 – O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
2 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL	20
3 RETROSPECTO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL NO RIO TUCUMANDUBA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERENCIAS.....	37
ANEXOS	39

INTRODUÇÃO

A educação desempenha papel transformador para vida do homem e da sociedade onde o mesmo interage e intervém. Dentre as etapas do processo educativo, destaca-se a educação infantil, em que se inicia a relação da criança com o saber formal, espaço privilegiado, para o desenvolvimento infantil na totalidade, segundo dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que em seu art. 29 diz que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (redação dada pela Lei nº 12.796 de 2013). (LDB, 1996)

O ser humano nasce com seu desenvolvimento físico e mental ainda no início e as suas habilidades pouco esboçadas. Quanto mais elaboradas elas serão mais tempo de amadurecimento necessitarão. Assim, somos muito frágeis e dependentes ao nascer e atravessamos uma longa infância porque o nosso cérebro poderoso necessita de muito mais tempo para desenvolver. Nossas competências serão organizadas por etapas e serão muito dependentes de sua adaptação aos mais variados ambientes.

O acompanhamento familiar na educação infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento dos pequeninos. Sendo a família um dos primeiros componentes educativos da criança e a escola a segunda, espaço onde os pais colocam a criança em contato direto com a educação formal. Como docente tenho observado o educar e o cuidar das crianças na escola.

Por isso, o interesse em fazer um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo sobre a educação infantil em duas escolas do Rio Tucumanduba sobre educação e cuidar, então houve a necessidade de verificar como aconteceu e quando iniciou esse processo educacional, pois há muitas falhas sobre a responsabilidade dos pais com a criança, portanto, o trabalho é de suma importância para poder ter mais conhecimento sobre o assunto e ter fortes argumentos para contribuir com a escola na qual trabalho e também com a sociedade. Além disso, aperfeiçoar meus conhecimentos, visto que,

educadores devem ir sempre em busca de novos conhecimentos e fazer com que as famílias percebam a importância de sua presença na escola e diretamente com a educação formal e informal de seus filhos.

De acordo com KRAMER (2005), a educação da criança já estava resguardada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do adolescente, que a educação é obrigação do estado, por isso ressalta-se que a preocupação e a responsabilidade com a educação destas crianças deve ser prioridade da família, da escola e da sociedade como um todo, ninguém pode eximir-se de seu papel. A ideia de que a criança é um ser que necessita apenas de proteção e assistência, precisa ser direcionado para um objetivo mais amplo, que contemple o pleno desenvolvimento psíquico, intelectual e social.

O primeiro capítulo argumenta sobre o cuidar e o educar da criança na família e principalmente no ambiente escolar. Essas etapas devem ocorrer desde o nascimento do ser humano e com o passar dos anos e épocas diferentes o cuidado e educação são redobrados, pois cuidar tem a ver atenção, proteção, doação e segurança para com a criança. Além dos mais, aborda o contexto histórico do cuidado e educação em épocas e lugares diferentes.

Outro ponto importante na educação infantil é o brincar, o que também faz parte do desenvolvimento da criança e do momento de educar e brincar, sendo que o brincar, cuidar e educar faz parte do processo de ensino aprendizagem. Estes constituem os pilares da educação infantil que são complemento do processo de ensino e aprendizagem da criança para que tenham desenvolvimento significativo e satisfatório.

No segundo capítulo são enfatizadas as leis que amparam a educação infantil e as mudanças que ocorrem nas legislações e sua importância para educação da criança. Sendo que as legislações foram criadas devido à necessidade de ter algo que amparasse a educação e que colocasse em prática, direitos e deveres da criança na educação.

O terceiro capítulo aborda a pesquisa de Campo realizada na Escola Dom Ângelo Frosi e na Escola Nossa Senhora de Guadalupe, para obtenção de dados sobre a educação nessas escolas do Rio Tucumanduba e além disso

observar os pilares da educação infantil nesses espaços, que é o cuidar, educar e brincar.

Para iniciar a pesquisa foram entrevistadas com duas professoras da localidade, as quais trabalham a muito tempo e que contaram um pouco da história do processo educacional formal no Baixo Tucumanduba e sua importância para as pessoas daquela época, e as grandes conquistas que a comunidade teve na área da educação como a criação das escolas que há muitos anos não havia na localidade.

E para melhor aprofundamento do assunto foi realizado entrevista com algumas mães de alunos das referidas escolas, instigando a responsabilidade e seu ponto de vista com a educação de seus filhos e comparando as respostas de cada mãe e de cada agente da educação, pois a família e a escola são excelentes parceiros no processo educacional da criança, visto que a escola não funciona sozinha sem o apoio da família.

Os objetos da pesquisa foram família, escola, pais e crianças. Os dados da pesquisa foram coletados em um período de quatro meses, levando em consideração a argumentação teórica, as legislações referentes a educação da criança. A consolidação dos dados obtidos tem a finalidade de contribuir com o processo de aprendizagem das crianças e incentivar a família a participar com assiduidade da vida escolar de seus filhos.

1 CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Em cada época é construída uma história a respeito do desenvolvimento infantil. E para chegar à concepção do desenvolvimento da criança, ao papel da família, da comunidade, da instituição educacional é necessário pesquisar e compreender essa construção.

A educação da criança inicia no ambiente familiar, pois ela é a primeira comunidade do ser humano, é nela que ele aprende a falar a dar, os primeiros passos e sobre valores. Então, Oliveira (2008, p.167) argumenta:

“dentro de uma visão tradicional, o ambiente privilegiado da criança pequena seria a família [...]”. É na família que se aprende os primeiros valores, a educação e primeiros passos para a necessidade de sobrevivência física e principalmente pertencer a grupo social.

A criança necessita de cuidados principalmente quando nasce, pois ela ainda não sabe se locomover e criar suas próprias ações, ou seja, é totalmente dependente de sua família para sobreviver. Bastos (2014) afirma esse cuidado:

O ser humano nasce de um estado de imperícia, desprovido de recursos para a sobrevivência e necessita do adulto para satisfazer suas necessidades mais vitais. É justamente por meio de gestos involuntários, gritos, choros que o bebê pode expressar seu desconforto, sua necessidade de alimento, de sono e etc.(p.27)

Essa expressão da criança atribui vários significados para o adulto e ele tenta entender o sentimento da criança, a partir de cada reação. “A emoção é essencialmente fisiológica e manifesta-se por meio de gestos e movimentos involuntários de acordo com as reações corporais vinculadas às necessidades básicas” (BASTOS, 2014, p.28)

Durante muitos anos, os cuidados das crianças eram somente na família e quem cuidava dos filhos e do lar era a mulher. O homem trabalhava para o sustento da casa, mas com o passar dos anos, logo após a Revolução

Industrial a mulher começou a trabalhar fora de casa e isso trouxe uma série de modificações e uma delas foi o cuidado e a educação da criança em creches e pré-escolas.

De acordo com Oliveira (2012), até meados do século XIX, no Brasil o atendimento de crianças pequenas em creches, parques infantis ou jardim de infância não acontecia. As crianças ainda eram educadas pelas mães, não saíam de seus lares para creches ou outras instituições.

A partir da segunda metade do século XIX houve a migração da zona rural para a zona urbana e com a proclamação da República surgiram condições para um desenvolvimento cultural e tecnológico no país.

Após esses acontecimentos, surgiu a ideia de jardim da infância, elaborado na Europa. O desejo era construir uma nação moderna. “Pensar um ambiente promotor da educação das crianças dos diferentes grupos sociais era meta colocada com muita dificuldade”. (OLIVEIRA, 2012, p.21). A dificuldade em pensar em um ambiente promissor é complexo devido ser algo delicado e que deva atender a muitas crianças com características diferenciadas.

Enquanto o poder público combatia as iniciativas de se criarem jardins de infância no país para atender as crianças pobres, um movimento de proteção à infância se fortalecia apoiado em uma visão preconceituosa em relação à pobreza e defendia um atendimento caracterizado como uma dívida aos menos aquinhoados. (OLIVEIRA, 2012, p.21)

O poder público alegava em não querer manter os jardins de infância para crianças pobres e deixar para que as famílias se mantivessem sob caridade, pois se destinavam aos mais pobres.

Em 1875, foram criados no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros Jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas. E apenas em 1896 que foram criados em São Paulo os primeiros jardins de infância pública.

Na época a educação era voltada para o ensino primário, mas não atendia a todos que necessitavam, atendia apenas uma parcela da sociedade em idade escolar. No século XX a estrutura familiar e as formas de cuidados

infantis sofreram grandes mudanças devido a urbanização e a industrialização no país.

Por volta de 1919, o governo instituiu o Departamento da Criança que tinha como objetivo defender uma assistência científica à infância. E médicos tinham como argumento culpar famílias por determinadas doenças de seus filhos e a creche poderia possibilitar o crescimento saudável das crianças.

Os movimentos operários constituíram outro fator que atuou na transformação do atendimento à criança pequena (OLIVEIRA, 2012, p.22). Percebe-se que, a cada época foram surgindo novas formas de cuidar e educar para uma criança, mas, quando essas creches surgiram foi para atender as necessidades do mercado, pois precisavam da mão de obra feminina, no entanto havia um interesse por parte dos governantes e não uma preocupação com a educação.

Já no início do século XX, com a chegada de fábricas devido a industrialização, houve a contratação da mão de obra de imigrantes europeus, além da chegada de homens, mulheres e crianças, as crianças faziam a mão de obra infantil. Todos trabalhavam devido baixo salário, longas jornadas de trabalho e outros.

Além dos homens que reivindicavam seus direitos, as mulheres também passaram a ir a luta por melhores condições e uma delas era sobre a criação de locais para guarda e atendimento das crianças durante o seu trabalho. Essa reivindicação das mulheres serviu para que o governo pensasse em creches, escolas maternas e parques infantis.

Nas décadas de 20 e 30, alguns centros urbanos que iniciavam o processo de industrialização, não tinham infraestrutura e saneamento básico, ou seja, a situação era bastante precária e médicos apoiavam a ideia de ter creches nesses locais devido à condição das famílias e principalmente das crianças.

Uma das preocupações com o cuidar e educar que os médicos tinham era em relação ao futuro dessas pessoas, por isso, houve a organização de instituições para evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens da população mais carente. “Com isso, creches e parques infantis eram defendidos pelas elites no poder como ambientes promotores de segurança e

saúde, sem que fossem analisados os fatores econômicos, políticos e sociais presentes nas condições de vida daquela população” (OLIVEIRA, 2012, p.23).

Havia muita preocupação com relação ao sanitarismo nas creches, e os debates que ocorriam no país por parte dos governos, traziam a questão educacional para o centro das disposições políticas nacionais. O exemplo foi o Movimento das Escolas Novas, da qual participavam renomados educadores brasileiros.

Outro ponto discutido era sobre a educação pré-escolar, colocada como base do sistema pré-escolar. De acordo com o texto de (OLIVEIRA, 2012), argumenta que Mário de Andrade em São Paulo, propôs a criação de praças de jogos nas cidades, semelhante dos jardins de infância de Froebel, a partir daí que surgiu os parques infantis em várias cidades do Brasil.

No Brasil havia uma dualidade sobre a educação, principalmente quando se direcionavam aos jardins de infância e aos parques infantis, sendo que os jardins de infância eram para os grupos de prestígios e os parques infantis para os grupos menos favorecidos, ou seja, crianças dos meios populares.

Para o ensino das crianças tanto nos parques como nos jardins de infância os materiais eram criados, não existia quem fornecesse esse material. E em várias cidades brasileiras foram criadas classes pré-primárias junto a grupos escolares, com o intuito de ministrar o ensino obrigatório após os sete anos.

Em 1943, na iniciativa do Governo Vargas, houve a Consolidação das leis de Trabalho (CLT), que argumentava sobre os filhos das trabalhadoras para que tivessem um tempo para amamentarem suas crianças durante a jornada de trabalho. Por volta da metade do século XX aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho, devido à industrialização e a urbanização.

1.1 – O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar faz parte da educação da criança, por meio da brincadeira também é educada, pois é uma atividade que ajuda a criança descobrir o mundo e se insere a um grupo social. O brincar faz parte do educar e cuidar da educação infantil, visto que educar e cuidar são práticas integradas da educação infantil. E são responsabilidades do professor (a) da instituição

desenvolver a capacidade das crianças. O cuidar é uma ação voltada ao educar e o brincar está interligado com ambas.

Brincar é da natureza da criança e um direito que não pode ser retirado de si, e além do mais é de suma importância para seu desenvolvimento, tanto no ambiente familiar como na escola. E as escolas de educação infantil devem adotar como prática de ensino para as crianças e da devida atenção para que não seja apenas uma simples brincadeira, deve ter objetivo e meta a ser alcançada para que o aprendizado seja significativo. “Não basta só brincar, é preciso que seja com qualidade, e para isso é importante prestar atenção aos agentes mediadores da atividade”. (NAVARRO, 2009, p. 2123). A educação deve ter um fundamento para que a criança tenha aproveitamento satisfatório das atividades.

A brincadeira da criança não pode ser de qualquer forma, tem que ser mediada por um adulto e o espaço deve ser pensado e preparado, organizado, com materiais, brinquedos e pessoas para estarem auxiliando, tudo para ter uma educação de qualidade.

É necessário discutir nas instituições de ensino sobre o brincar na educação infantil, pois a brincadeira sendo de qualidade e pensada de acordo com a realidade da criança ajuda a estimular sua criatividade e também a despertar o seu interesse pela educação escolar.

É importante a criança ter o seu tempo, ser realmente criança, não um adulto em miniatura com responsabilidades que não são suas, ela deve ter tempo para estudar, brincar, socializar, interagir com outras crianças e seus familiares, olhar para o mundo com olhar de criança, sem preocupação como a de um adulto. De acordo com Leontiev (2006, apud NAVARRO 2009, p. 2124) “[...] a principal atividade das crianças pequenas, pois é ela que vai impulsionar a criança para outro nível de desenvolvimento”. Portanto, brincar é um direito de toda criança.

Segundo Navarro (2009), “Brincar é preciso, é por meio dele que as crianças descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social”. (p.2124), é por meio do brincar que ocorre a relação interindividual entre culturas durante a brincadeira entre as crianças, desenvolvendo dessa forma suas capacidades afetivas, físicas, motoras e cognitivas.

O ato de brincar para a criança não é individual, ele é social, pois a criança brinca com seus brinquedos e outra criança, nesse momento inventa uma história, ou algo que tornará prazeroso para si e na escola a brincadeira é mediada pelo professor de acordo com o contexto social que está inserido.

O brincar é importante para a instituição de educação infantil e para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, sendo que aprendizagem e desenvolvimento estão ligados entre si e na vida da criança de acordo com o ambiente e a realidade que está inserido.

[...] No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. (VIGOTSKI, 2007, p.134, apud NAVARRO, 2009, p.2128).

O brincar com o brinquedo estimula a criança a agir pela percepção de objetos e isto estimula a brincarem também com a sua própria imaginação criando uma zona de desenvolvimento proximal e apresenta importância da brincadeira na infância e para a sua educação.

A criança é um sujeito social ativo, capaz de produzir e reproduzir as ações do ambiente que está inserido e nas interações com os adultos e com outras crianças, a partir dessa interação e das observações no cotidiano vai criando sua própria forma de ler o mundo e agir sobre ele.

A cultura da criança é plural e heterogênea e por meio do brincar ela demonstra suas singularidades e a forma de ver o mundo e percepção de tudo o que está a sua volta. Sendo que a brincadeira é um direito social da criança. O brincar ajuda elas a reconhecer suas capacidades e limites, a desenvolver as suas estruturas mentais e emocionais para poder assumir seu papel na sociedade. E a escola como um ambiente de educação formal da sociedade configura um espaço de excelência para educação da criança.

A inserção do brincar como atividade lúdica trouxe um novo contexto, um novo cenário para a vida das crianças, o aprendizado tornou-se significativo e a concepção de infância no espaço escolar não perdeu o foco.

No ambiente escolar a brincadeira tem suas diferenças, mas todos os momentos são para o desenvolvimento da criança, por exemplo: na sala de aula a professora ou professor usa o lúdico de acordo com o assunto que está sendo ensinado, o brincar é voltado para o conteúdo para que a criança tenha uma melhor compreensão do que está sendo ensinado.

No recreio elas criam suas próprias brincadeiras, a roda de conversa é entre elas, e os responsáveis pelo ambiente escolar nesse momento ficam apenas observando seu comportamento e atitudes, ou seja, o que prevalece é a cultura de cada criança, criando suas estratégias e colocando em prática o que observa a seu redor.

O jogo lúdico, o brincar faz parte da educação e estes podem ajudar também no desenvolvimento, porém o jogo não pode ser apenas uma brincadeira, ele tem que ser crítico e expressivo, pois o lúdico é vivência, é expressão e interação.

Santos (2015, p. 59), argumenta: “Ser brincante é ser aprendente. Sejamos corajosos o suficiente para garantir na educação o direito da criança [...]”. A educação é um direito, a aprendizagem e o desenvolvimento por meio do brincar são positivos quando se deixa a criança a vontade e a descobrir as regras e os valores no momento da brincadeira. E esta só se torna positiva quando a liberdade da brincadeira é mediada por um educador.

Então Bastos (2014, p.66) dá ênfase sobre o brincar: “Brincando, a criança pode envolver-se em um mundo imaginário e ilusório capaz, de alguma maneira de realizar seus desejos [...]”. Na fala do autor dá para entender a importância do brincar, pois, quando se tornam parte das atividades didáticas aguçam o imaginário da criança estimulando-as para o ambiente social. Ainda mais, “A brincadeira que envolve uma situação imaginária é ainda considerada um brinquedo baseado em regras de comportamento e se reporta à realidade vivida [...]” (BASTOS, 2014, p.66). Então, a brincadeira, o faz de conta, as regras são características que as crianças precisam entender.

As brincadeiras realizadas por grupos de crianças para elas são mais prazerosas, pois a forma de se expressar e compartilhar a sua cultura fazem surgir novas culturas. A brincadeira em sala de aula é excelente e para as crianças a alegria é contagiante, mas, fora dela é melhor ainda, pois durante o recreio o brincar se torna mágico.

2 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Em virtude do aumento das mulheres no mercado de trabalho a procura de vagas em creches e parques infantis, cresceu por parte de operários, empregados domésticos, trabalhadoras do comércio e por funcionárias públicas. A partir da década de 1960, houve algumas mudanças na educação, por meio da inclusão de jardins de infância e de escolas maternais, chamada, à época, em educação pré-primária, citada na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil, a de nº 4.024 de 20 de dezembro 1961 publicada por João Goulart, como pode ser observada no artigo 23: “A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância”.

Além desse aspecto, a lei também argumenta nos artigos 25, 26 e 27 sobre o desenvolvimento do período educacional.

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo Único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. (LDB 1961)

A obrigatoriedade para ingressar na escola era a partir dos sete anos de idade e com duração de quatro anos, diferente da atualidade e após esse período e idade eram formadas as classes especiais ou cursos supletivos.

Em 1964 no período do governo militar até início de 1985 políticas adotadas por meio da Legião Brasileira de Assistência e a FUNABEM com a ideia de creche e pré-escola, como meio de assistência à criança carente.

Em 1967, as mudanças ocorridas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), entenderam que os filhos das trabalhadoras necessitavam de

atendimento e foi disponibilizado apenas com a organização de berçários pelas empresas.

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, muita coisa mudou e as crianças necessitavam de atenção, pois as matriarcas estavam saindo do lar para trabalhar fora e o crescimento de operário contribuiu para que a creche, a pré-escola fossem defendidas por diversos segmentos sociais nas décadas de 70 e 80.

Em seguida, a LDB nº 5.692 promulgada em 11 de agosto de 1971, estabelece que os sistemas velarão para que as crianças com idade inferior a sete anos de idade recebam educação em escolas e sua redação muda em relação a LDB de 1961, esta de 1971 argumenta que o ensino de 1º e 2º grau, passa de quatro etapas para oito anos, para o ingresso no ensino de 1º grau a idade mínima será de sete anos.

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se a formação da criança e do pré – adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art.18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso de 1º grau, deverá o aluno ter a idade de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de 1º grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.

A criança terá entrada ao 1º grau com sete anos de idade, duração de oito anos, a escolaridade já é obrigatória e assiduidade na frequência. O aluno deverá ter pelo menos 720 horas de atividades anuais.

Todos esses artigos são para a educação da criança e além de educar cuidar para que tenham seu desenvolvimento e aprendizagem significativa e amparo por uma lei.

As propostas para educação apontadas no texto de Oliveira (2012) argumentam sobre as propostas pedagógicas e também sobre o atendimento as crianças pobres em creches, pré-escolas e parque infantis, possibilitando condições de superação sem alterar os fatores sociais que geravam problemas na educação.

Em relação à educação compulsória, eram elaboradas propostas de trabalho junto às creches, pré-escolas que atendiam crianças de baixa renda. E o pré-escolar público atendia uma clientela mais pobre com o intuito de remediar a carência das crianças.

As propostas defendiam além de uma estimulação precoce também preparavam para a alfabetização e praticas para uma visão assistencialista. “A ideia de compensar carências orgânicas ampliou-se para a compensação de carências culturais para diminuir o fracasso escolar no ensino primário” (OLIVEIRA, 2012, p. 26). Eram meios para melhorar a educação das crianças.

O aumento de creches e pré-escolas particulares aumentou devido o grande crescimento das mulheres das camadas médias populares no mercado de trabalho.

A família era responsável pela primeira educação de seus filhos e as mães procuravam uma instituição que complementasse a educação de seus filhos. Nesse período o número de creches aumentou, e também as classes primárias e jardins de infância no país. E também a educação Infantil foi sendo modificada.

Mas enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuaram a orientar o trabalho dos parques infantis e das creches, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo eram adotadas pelos jardins de infância, onde eram educadas as crianças de classe média. A superação desta desigualdade de acesso aos benefícios da educação da criança pequena continuava tarefa difícil. (OLIVEIRA, 2012, p. 27)

Nos anos 70, ampliou-se o acesso à população mais pobre na escola obrigatória. Enquanto isso, nos centros urbanos continuou a reivindicação das mães em relação às creches e pré-escolas, devido precisarem trabalhar fora do lar para garantir a subsistência dos filhos, no entanto intensificou o paternalismo estatal como um direito do trabalhador.

Com esse novo ordenamento e pressão sobre o poder público, naqueles centros ampliou o número de creches, todas mantidas por entidades sem fins lucrativos. Em virtude de grande procura o número de vagas nas creches eram poucas e isso era uma forma de incentivar o atendimento a criança pequena.

Programas Assistenciais foram criados como: mães-crecheiras, lares-vecinais, creches-domiciliares ou creches lares, foram alternativas emergenciais e inadequadas devido à precariedade que eram, também houve o aumento de creches comunitárias.

A partir de muitas reivindicações e negociações ocorridas nesse período, pressões de movimentos feministas e de movimentos sócias de lutas por creches possibilitaram o amparo na Constituição de 1988, como:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Após essas leis e com muitas discussões consolidou-se uma nova lei para a educação incluindo como caráter pedagógico na educação infantil e parte da Educação Básica, consolidando legalmente creches e pré-escolas na educação da criança.

Percebe-se que a lei da educação teve várias mudanças em termo de nomenclatura e na redação, pois primeiro foi educação primaria, depois 1º e 2º graus e alei atual se refere à educação básica. Outros artigos da LDB 9394/96 trazem outros argumentos referentes à educação infantil.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A expressão educação infantil e sua concepção como primeira etapa da educação básica está agora na lei maior da educação do país, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, sancionada em 20 de dezembro de 1996.

Se o direito de 0 a 6 anos à educação em creches e pré-escolas já estava assegurado na Constituição de 1988 e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a tradução deste direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, representa um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

A inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”

Uma nova determinação incorporada à Lei de Diretrizes e Bases de 1996 estipulou a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, incluindo a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. A lei altera a idade que os pais devem matricular seus filhos na escola, dos 6 anos para os 4 anos de idade. Fica estabelecido também que os estados e municípios teriam até 2016 para oferecer vagas para crianças nesta faixa etária.

Desse modo, as escolas devem trabalhar os conteúdos básicos nos contextos que lhes parecerem necessários, considerando o perfil dos alunos que atendem a região em que estão inseridas e outros aspectos locais relevantes. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinalam:

Artigo 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de

Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Artigo 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias para a Educação Básica que têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e conteúdos mínimos. Assim, as diretrizes asseguram a formação básica, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), definindo competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Artigo 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Artigo 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

A legislação na educação infantil é uma medida governamental necessária e importante para os avanços na educação, pois ao estabelecer estes direitos passaram a ser configurados para esses pequenos e pessoas de várias classes sociais passaram a ter acesso à educação.

A Resolução nº 5 de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, pois nos artigos 2º e 3º deixa claro essa importância com a educação das crianças:

Artigo 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Artigo 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Observa-se que as leis se complementam e são necessárias para educação fazer acontecer, elas se referem ao desenvolvimento integral da criança em todas as áreas sem exceção e principalmente organizando propostas pedagógicas para poder ter um bom trabalho.

A Resolução 5 também argumenta sobre a idade série das crianças seus direitos e deveres do estado com a educação, sendo que a partir dos quatro anos é obrigatório estarem matriculados na educação infantil.

Artigo 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

As legislações argumentam sobre o educar na educação infantil, sobre as propostas pedagógicas e curriculares voltadas para o desenvolvimento da criança para que sejam sujeitos que possam contribuir futuramente com a sociedade.

3 RETROSPECTO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL NO RIO TUCUMANDUBA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Durante a pesquisa de campo, realizada nas escolas do Rio Tucumanduba, foi possível verificar a diferença entre o cuidar, educar e brincar nas turmas de educação infantil.

Esses aspectos são importantes pilares na educação infantil. O primeiro remete à proteção, à segurança e ao bem estar que se tem com a criança; o segundo diz respeito ao conhecimento, à construção de valores e ao direcionamento do indivíduo para o processo de ensino e aprendizagem e o terceiro faz parte da vida do ser humano desde que nasce e de sua própria natureza, mas que deve ser direcionado e mediado por um adulto, principalmente quando o brincar é utilizado como procedimento lúdico na sala de aula, pois necessita estar de acordo com as atividades utilizadas pela professora.

São momentos que devem ser colocados em prática e com muita atenção sendo que, cada escola, cada instituição de ensino deve trabalhar de acordo com a realidade de seus alunos, principalmente se ela for uma escola ribeirinha, como no caso das escolas observadas, onde há uma carência muito grande desse tipo de atividade.

De acordo com os relatos de uma das professoras mais antigas da localidade Rio Tucumanduba, as escolas começaram a funcionar nos centros comunitários e nas casas, pois não havia prédio próprio. Teve início com o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) – projeto que alfabetizava jovens e adultos. O MOBREAL era muito importante para as pessoas daquela época para poderem fazer parte do sistema de ensino, visto que o acesso a educação escolar era apenas para aqueles que tinham condições financeiras, portanto, nem todos tinham acesso à educação.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando – a para a faixa etária de 15 a 30 anos. Meses depois, foi designada a comissão que seria encarregada de elaborar os estatutos da instituição.

De acordo com a citação acima se percebe a preocupação com a educação dos sujeitos e, além disso, o que prevalece é o educar, o brincar e o cuidar não são mencionados no texto. MOBRAL é o movimento criado pelo governo em 15 de dezembro de 1967, métodos para adolescentes e adultos, métodos baseados nos ensinamentos de Paulo Freire, mas este era para aprender a ler, escrever e as quatro operações da matemática. O processo de ensino era simples, não era crítico. Era um método diferente da concepção de Paulo Freire, para ele a educação é libertadora, pois para Freire o ensino tinha que partir da realidade do sujeito e no MOBRAL isso não acontecia.

O Mobral foi fundado com algumas metas consideradas de grande importância para toda a população adulta analfabeta da época. Na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Porém, como toda instituição, o Mobral possuía objetivos gerais.

O MOBRAL funcionou no Furo do Capitão (pequeno Igarapé no Rio Tucumanduba¹) em residências. Com a extinção do método, teve início um novo ciclo no processo de ensino e aprendizagem para as pessoas daquela região.

Na escola, chamada Grupo Nossa Senhora de Lourdes, duas turmas iniciaram os estudos. No entanto o prédio também funcionava como posto de saúde, o que ocasionou em mais uma mudança, voltando para as residências. Anos depois, foi construída a atual escola Dom Ângelo Frosi, que funcionou do pré-escolar até 4ª série do ensino fundamental, no sistema multiseriado, fundada no ano de 2000, reinaugurada em 16 de março de 2013.

Há 10 professores, contando com a diretora, 4 auxiliares de serviços educacionais (serventes) e 5 rabeteiros. Estão matriculados 163 alunos distribuído em 3 turnos (manhã, tarde e noite) da seguinte forma: período I 14 alunos, período II 26 alunos, 1º ano/9 14 alunos, 2º ano/9 14 alunos, 3º ano/9 25 alunos, 4º ano/9 27 alunos, 5º ano/9 18 alunos e EJA 25 alunos.

¹ Esses furos nas ilhas são como se fossem as ruas de um bairro.

Com a reforma do prédio houve muitas melhorias, entre elas: o sistema multiseriado foi extinto; novos equipamentos; serviço de energia elétrica, tratamento de água de qualidade.

Outros trabalhos educacionais desenvolvidos nessa localidade, foram de forma voluntária, com a contribuição de alguns pais que pagavam uma mensalidade simbólica. Eles foram ganhando reconhecimento da comunidade, mas os pais não tinham como continuar com a contribuição mensal, para que os filhos continuassem estudando, o que ocasionou uma enorme evasão. Neste momento, surge a dúvida: se a criança não frequentar uma instituição de Educação Infantil, ela vai se desenvolver menos? Possivelmente sim, mas em relação a algumas habilidades e conhecimentos. Por outro lado, vai desenvolver mais outras coisas, a partir da convivência em casa – se a relação familiar for positiva. O importante é chamar a atenção para a questão da qualidade da experiência.

Segundo pesquisas, uma criança que frequenta uma educação infantil de baixa qualidade chega a ter resultados negativos se comparada com uma criança – na mesma condição social e familiar – que não frequentou a etapa de ensino. Ir para a escola por si só não favorece nenhum desenvolvimento específico.

Naquela época, o resultado não poderia ter sido outro: um grande número de crianças deixou de frequentar a escola. E o mais grave, nem sequer eram matriculadas, afinal eram criancinhas, que poderiam ficar em casa, apenas cuidadas, para não se machucarem. Não havia escola, nem comunidade e nem igreja, tudo dependia das residências familiares.

Há um abismo entre a criança que frequenta uma pré-escola de qualidade e outro que não frequenta. No caso das escolas do Rio Tucumanduba, nem escola foram garantidas, muito menos de qualidade. Desta forma, o que se pode deduzir é que, entre as crianças que frequentam uma boa educação infantil, os índices de repetência e evasão escolar diminuem e os índices de aprendizado aumentam. No longo prazo, na vida adulta, será verificada uma queda de criminalização e de envolvimento com droga, por exemplo. Até na saúde há melhoras. São benefícios, portanto, para além do cognitivo em si.

Certamente se tornará um indivíduo, que conseguirá viver plenamente sua cidadania.

Por meio das entrevistas, foi possível identificar que as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas do Rio Tucumanduba, eram baseadas em um tipo de atendimento mais preocupado com o bem-estar da criança. Estava-se alimentada, limpa, cuidada, do que no aprendizado de alguma habilidade motora ou cognitiva. Mesmo porque, elas não tinham mesas e cadeiras, as aulas eram no chão, como foi relatado pela professora entrevistada: “estudavam feito jacaré”, de barriga pra baixo. Uma “sala de aula” com vinte alunos.

Foi uma época de muitos desafios, pra educação infantil do Rio Tucumanduba. Mudança de governo, mudança na política educacional, que também afetou a localidade. Para os novos mandatários, criança pequena deve ficar em casa, sendo assistida pelos pais, o que paralisou as atividades voltadas para esse público, por algum tempo.

A relevância de uma prática pedagógica aplicada na educação infantil está em sua continuidade. Ou seja, um aluno que, quando criança, entrou em contato com boas práticas, carrega isso durante o resto de seus anos escolares.

A falta de qualificação para as professoras daquela localidade estava afetando no desenvolvimento daquelas crianças e a busca por novas metodologias estava sendo necessária. E com o passar dos anos oportunidades para melhorias na prática pedagógica foram surgindo para que estas docentes concluíssem sua escolarização e ter mais conhecimento para contribuir com as crianças da comunidade.

Mesmo com pouca escolarização eram professoras dedicadas com o processo de ensino e aprendizagem, desde a saída de suas casas tinham zelo pelo cuidar e educar, pois para aqueles que não tinham condições de ir a escola as professoras levavam, isso significa cuidar, e o educar acontecia no momento do processo de ensino.

Anos se passaram e um novo governo teve preocupação com a educação no Rio Tucumanduba e com isso criaram uma escola para atender a demanda de crianças que estavam necessitando por um espaço escolar de qualidade

voltado para educação formal e que tivessem amparo e recursos necessários para educação satisfatória.

A Escola Nossa Senhora de Guadalupe foi uma das primeiras escolas fundada no Rio Tucumanduba, ela teve início com educação infantil e fundamental anos iniciais, atendida somente pelo município, hoje ela está também amparada pelo Estado, pois nela há turmas desde a educação infantil até o ensino fundamental anos finais.

Para melhorias com a educação das crianças a escola possui atualmente um número significativo de funcionários para atenderem e receberem os pequeninos, pois um espaço acolhedor faz a diferença no desenvolvimento e principalmente, desperta o interesse de estar todos os dias na escola buscando por novos conhecimentos.

A escola é o espaço onde as crianças adquirem conhecimento e vão colocar em prática os valores que aprendem em casa com sua família e a educação infantil é a base para educação da criança, por isso há três pilares importantíssimos que é o cuidar, educar e brincar, portanto a prática adotada na escola, principalmente pelo professor é essencial para o processo de ensino e aprendizagem do alunado.

As práticas pedagógicas na escola contam muito e atualmente os docentes das instituições argumentaram que as práticas aconteciam por meio de socialização, práticas que faziam os alunos ficarem a vontade e menos autoritárias possíveis, ou seja, tentam sair bastante do tradicionalismo e dinamizar o máximo possível seus métodos.

Atualmente os educadores têm a oportunidade e também recursos que induzem a melhorar suas metodologias, pois nos relatos percebeu-se a grande dificuldade de dar aula de qualidade, pois no início o processo de ensino era literalmente tradicional e o espaço influenciava bastante. E hoje com mudanças significativas no prédio e recursos adequados se tem uma nova educação, ainda não é a dos sonhos, mas já é o início para uma geração que necessita de educação de qualidade e de cuidados.

Todo ambiente necessita de melhorias para poder receber bem as pessoas, principalmente quando este é voltado para educação, pois o espaço bem organizado e estruturado é fundamental para o desenvolvimento da criança. Sendo que um ambiente seguro as crianças tem uma educação e vida

saudável. No entanto, “A UNESCO (2000) em seu plano de ação destacou que todas as crianças pequenas devem ser cuidadas e educadas em ambientes seguros de sorte que cresçam saudáveis, vivazes, com amplas possibilidades de aprender”. Apud (SILVA, 2018).

Um espaço adequado e de qualidade faz parte do cuidado com a educação da criança, pois este ocorre desde o momento que saem de suas casas com o rabeteiro, no momento da merenda escolar, esses pequenos detalhes fazem parte do cuidar e educar para com a criança.

A escola é o espaço que deve presar pelos pilares da educação (cuidar, educar e brincar), mas o brincar nas instituições entrevistadas não ocorre como deveria, pois fica a desejar, em virtude do espaço não ser como creche.

O cuidar é um dos pilares que favorecem a educação das crianças e o brincar faz parte desde que nasce, e o ato de educar potencializa saberes necessários para a construção de conhecimento. O professor atualmente tem que estar preparado para empregar os três pilares na educação infantil, principalmente o educar, pois os educadores em si necessitam planejar, estreitar as relações entre escola e família, consolidar um espaço que contribua e favoreça a aprendizagem e também ter afetividade entre professor e aluno, afim de que torne a criança um cidadão que contribua com a sociedade.

Além da escola a família também é importante na educação da criança, visto que os primeiros passos para educação iniciam no ambiente familiar e quando inicia a escolarização da criança são colocados em pratica os valores aprendidos em família, pois a troca de conhecimento entre família e escola é de fundamental importância para o desenvolvimento da mesma.

Então para verificar a relação entre família e escola foi realizada entrevista com algumas mães das escolas com o objetivo de observar o entendimento das famílias e seu comprometimento sobre o cuidar e educar na educação de seus filhos.

Para elas educar e cuidar são para aprender alguma coisa, se formar e ter futuramente um emprego, pois não queriam que ficassem como os pais que não tiveram condições e oportunidades de frequentar a escola, até mesmo por não ter a localidade, por isso elas acham necessário a inclusão da criança na escola, pois a mesma precisa de uma boa educação, de uma formação para que tenha no futuro uma profissão sólida, ser uma cidadã de bem e além do

mais, é um direito da criança e um dever da mãe matricular seu filho com 4 anos de idade na escola.

As mães compreendem a importância de colocar a criança na escola, pois, membros da família sentem o impacto da falta de escolarização, e agora o acesso a educação tem mais possibilidades e ter responsabilidade com a entrada da criança na escola é fundamental.

A ida para escola, principalmente sua entrada na infância é primordial para que tenha todo conhecimento necessário e tenha uma formação sócio educacional e também aprenda a interagir e socializar com outras crianças, aprender a ler, escrever e a ter respeito pelos membros da instituição e de outras pessoas.

A educação é parte necessária na vida da criança para seu desenvolvimento e aprendizagem, os membros da família devem observar as atividades de seus filhos e seu comportamento no ambiente escolar. E o acompanhamento destas na educação escolar da criança faz com que se sintam importantes e valorizadas e além do mais, com uma boa auto-estima. Fica evidenciado a prática na educação infantil e os cuidados com a criança dentro do ambiente familiar.

A família compreende o cuidar, educar e brincar na educação infantil e argumentaram que o cuidar vem de cuidado, fazer as coisas que as crianças precisam no cotidiano, brincar para que as crianças aprendam brincando e se divertindo para não ficar na rotina de sala de aula e poder ter mais entusiasmo para ir a escola. E o educar é necessário para viver em sociedade.

E para elas o cuidar tem a ver com segurança em relação aos educadores, de ter certeza que seus filhos estão no caminho certo. O educar e brincar são pilares importantes para que os alunos e professor/aluno tenham boa relação afetiva, pois elas têm a certeza que estão no rumo certo para que sejam alfabetizadas.

As respostas das mães em relação aos pilares da educação infantil se complementam e compreendem que fazem parte da educação da criança. O cuidar, educar e brincar constitui pilar fundamental na educação da criança e na prática pedagógica do professor, pois os três pilares se remetem ao desenvolvimento cognitivo para desenvolver as suas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que a ciência avança e o conhecimento aumenta, cai por terra a visão da creche que só abriga o filho enquanto a mãe trabalha. O futuro depende muito mais de investimentos na primeira infância do que se poderia imaginar. Eles são decisivos para todos os passos seguintes da escolaridade, que determina taxas de produtividade, renda, violência e outros indicativos de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida.

A Educação Infantil deveria ser alvo por excelência de políticas de promoção de equidade, mas sua má qualidade, principalmente para os filhos das famílias mais vulneráveis, é um dos problemas mais evidentes, nessa etapa do ensino, o que acaba por aprofundar o abismo social no país, em vez de atenuá-lo.

O contexto histórico da educação da criança tem influência para o desenvolvimento educacional do sujeito. As bases para o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil é composta pelo cuidar, brincar e educar, mas ambos em conjunto, pois separadamente não funcionam, visto que ao mesmo tempo em que a criança brinca está aprendendo algo, por exemplo: a interação entre crianças ajuda no diálogo, no convívio e no partilhar com os demais.

As escolas devem exercer seu papel como educadora e colocar em prática o cuidar e educar para que o desenvolvimento seja significativo, pois é importante que as escolas observem suas práticas perante a educação das crianças, principalmente a função de cuidar e brincar, não diferenciando e nem hierarquizando os profissionais da instituição que atuam com crianças.

O contexto social, ambiental e cultural influencia no educar e brincar na educação da criança, pois fornecem elementos de diversas linguagens com variados conhecimentos para construção da autonomia.

A educação infantil proporciona o controle, aperfeiçoamento e apropriação de algumas capacidades e potencialidades afetivas, éticas, corporais, mentais e emocionais que contribuem para serem crianças felizes e saudáveis.

Para que essa educação aconteça tem que ter o comprometimento da escola, professores e da família, pois estes formam uma tríade de

responsabilidade com a educação. Mesmo a realidade sendo diferente entre crianças e os atores da educação, a educação pode acontecer.

Um exemplo de superação na educação foi na localidade pesquisada, onde não havia prédio próprio por muitos anos, os professores na época não tinham qualificação adequada demonstraram esforço e interesse pela educação das crianças. Apesar de ser uma região ribeirinha não se deixaram levar pela dificuldade e pouco acesso aos recursos como das pessoas da cidade e não desistiram.

Com o passar dos anos, houve melhorias significativas. Escolas foram sendo construídas, professores foram adquirindo graduação em nível superior e hoje tem a oportunidade de se qualificarem cada vez mais, para contribuírem com as crianças e demais pessoas que não tiveram acesso a educação na idade própria.

Os relatos das professoras mais antigas, que também são moradoras do Rio Tucumanduba, contribuíram significativamente para a pesquisa, pois foi possível perceber as dificuldades que ainda existem para o acesso a educação, mas também, houve mudança, mesmo que tímida, no processo educacional, principalmente na responsabilidade dos pais com a educação da criança, pois não se preocupavam se os filhos tinham que estudar e mesmo a falta de escola e o comprometimento com a educação não existia nem por parte das famílias ou das educadoras.

A prática da organização pedagógica de uma jornada diária nas instituições de educação infantil é de fundamental importância para que a criança se sinta segura no lugar onde está e sobre o que vai fazer, ainda constituindo-se uma forma de oportunizar a construção das noções temporais e de outros aspectos relacionados ao conhecimento e forma de atuação da criança no mundo.

Com a realização do projeto foi possível depreender que a educação para a infância não pode perder de vista os reais envolvidos nesse processo: as crianças, pessoas em desenvolvimento, capazes de expressar sua palavra, seu pensamento e seu desejo para a sociedade que as cerca, quando esta não se torna surda, mas troca o princípio da ordem, da reprodução e do silêncio pelo ruído do movimento, das interações e do diálogo essenciais à vida e fundamentais para a construção do projeto de pessoa que se deseja. Como

observa Paulo Freire (1987), para que o ser humano faça a história e não seja levado por ela e se torne partícipe ativo e criador nos períodos de transição, é preciso que se eduque não para a domesticação ou escravidão, mas para a libertação. Desse modo, o aprendizado da participação nas instituições de educação infantil será certamente transferido para as situações da vida adulta como governante ou como governado. A ação docente pode ter muito ou pouco a ver com isso.

REFERENCIAS

ABBUD, Ieda; AUGUSTO, Silvana; FERREIRA, Maria Vasconcelos; MARANHÃO, Damares; OLIVEIRA, Zilma Ramos de; ZURAWSKI, Maria Paula. **O trabalho do professor na Educação Infantil/** Zilma Ramos de Oliveira (Org.) Editora Biruta. São Paulo, 2012.

BASTOS, Alice Beatriz Barreto Izique. **Wallon e Vygotsky: Psicologia e educação.** São Paulo. Edições Loyola, 2014.

BELUZO, Maria Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas.** Cadernos de educação: Ensino e sociedade, Bebedouro – SP, págs. 196 – 209, 2015. Disponível em: <unifafibe.com.br>. Acesso em: 20/04/2018.

BRASIL, Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/4024.htm>. Acesso em: 23/09/2017

BRASIL, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 23/09/2017

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de agosto de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23/09/2017

CRAIDY, Maria e KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre Rtméd, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

LDB 20 de dezembro de 1961. HELB- História do Ensino de Línguas no Brasil. Disponível em: <www.helb.or.br>. Acesso em: 23/09/2017.

NAVARRO, Mariana Stoeterau. **O brincar na educação infantil.** EDUCERE.PUCPR. 2009. Disponível em: <educere.bruc.com.br>. Acesso em: 22/03/2018.

NONO, Maévi Anabel. **Breve Histórico da Educação Infantil no Brasil.** Unesp. Disponível em: <<https://acervodigital.unep.br>>. Acesso em: 29/08/2017.

Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 07/11/2017.

SANTOS, Sérgio Oliveira dos. **Infância e motricidade: vida autêntica num instante lúdico.** CEMOrOC-Feusp/IJI-Univ. do Porto. Notandum 38 mai-ago 2015. Disponível em: <www.webartigos.com>. Acesso em: 20/04/2018

SILVA, Luzinete Alves Assunção. **Cuidar, Educar e brincar: três pilares importantes na práxis pedagógica da Educação Infantil.** Publicado em 05 de outubro de 2014. Disponível em:<<https://www.webartigos.com>>. Acesso em: 18/04/2018.

ANEXOS

Questionários para entrevista

PERGUNTAS PARA DIRETORA E PROFESSORAS

- 1 – Em que ano a escola foi fundada?
- 2 – Quem foi o fundador?
- 3 – Com que nível de ensino começou a funcionar?
- 4 – Quantos funcionários há na escola? E quais são?
- 5 – Quantos alunos há na escola?
- 6 – Quantos turnos funcionam?
- 7 – Quais séries funcionam na escola?
- 8 – Quais os cargos existentes na escola?
- 9 – Como eram as práticas pedagógicas da escola? E como são na atualidade?
- 10 – Quais as mudanças que houve na escola desde a fundação até a atualidade?
- 11 – Quais os cuidados que a escola tem com a criança?
- 12 – A escola presa pelos pilares da educação infantil que são o cuidar, brincar e educar? De que forma?

PERGUNTAS PARA FAMÍLIA

- 1 - Por que seu filho foi para a escola?
- 2 – Com quantos anos começou a estudar?
- 3 – Para você, qual a importância da educação escolar na vida de seu filho?
- 4 – O que você entende sobre o cuidar, brincar e educar?